

KAMALA  
HARRIS

---

*AS VERDADES  
QUE NOS MOVEM*

Tradução de Ana Rodrigues, Cássia Zanon,  
Maria de Fátima Oliva Do Coutto e Regiane Winarski



Edição digital: 2021

1ª edição

*Todos os direitos desta edição reservados à*

EDITORA INTRÍNSECA LTDA.

Rua Marquês de São Vicente, 99, 3º andar

22451-041 — Gávea

Rio de Janeiro — RJ

Tel./Fax: (21) 3206-7400

[www.intrinseca.com.br](http://www.intrinseca.com.br)

# Sumário

[Avançar para o início do texto]

Capa

Folha de Rosto

Créditos

Mídias sociais

Dedicatória

## **PREFÁCIO**

**CAPÍTULO UM:** *Em nome do povo*

**CAPÍTULO DOIS:** *Uma voz pela justiça*

**CAPÍTULO TRÊS:** *Afundar de vez*

**CAPÍTULO QUATRO:** *Sinos de casamento*

**CAPÍTULO CINCO:** *Vamos lutar*

**CAPÍTULO SEIS:** *Somos melhores do que isso*

**CAPÍTULO SETE:** *Todo corpo*

**CAPÍTULO OITO:** *Custo de vida*

**CAPÍTULO NOVE:** *Inteligência na segurança*

**CAPÍTULO DEZ:** *O que aprendi*

## **AGRADECIMENTOS**

**NOTAS**

**FOTOS**

**SOBRE A AUTORA**

## LEIA TAMBÉM

*Ao meu querido marido:*

*Obrigada por ser sempre paciente, amoroso, encorajador e calmo.*

*E, mais do que tudo, pela sua aceção de “engraçado”.*

## Prefácio

Quase todas as manhãs, Doug, meu marido, acorda antes de mim e lê o jornal na cama. Se o ouço fazendo ruídos — um suspiro, um lamento, uma inspiração de surpresa —, sei que tipo de dia vem pela frente.

O dia 8 de novembro de 2016 começou bem: era o último da minha campanha para o Senado americano. Passei o dia encontrando o máximo de eleitores que pude e, claro, fui votar em uma escola do bairro, perto da nossa casa. Estávamos otimistas. Tínhamos alugado um salão enorme para a minha festa da Noite de Eleição, com chuva de balões e tudo. Mas, primeiro, eu ia jantar com a minha família e alguns amigos íntimos — uma tradição que existia desde a minha primeira campanha. Teve gente que cruzou o país, e até quem tenha vindo de outros países, para estar conosco — minhas tias e meus primos, meus sogros, os sogros da minha irmã, todos reunidos para o que esperávamos que fosse uma noite muito especial.

Eu estava olhando pela janela do carro, refletindo sobre o longo caminho que tínhamos percorrido, quando ouvi um dos lamentos típicos de Doug.

“Você tem que ver isto”, disse ele, me entregando o celular. Os primeiros resultados da eleição presidencial estavam chegando. Alguma coisa estava acontecendo... uma coisa ruim. Quando chegamos ao restaurante, a diferença entre os dois candidatos tinha diminuído consideravelmente e eu também lamentava em pensamento. As estimativas atualizadas do *The New York Times* sugeriam que aquela seria uma noite longa e sombria.

Fomos jantar em uma salinha adjacente ao salão principal do restaurante. As emoções e a adrenalina corriam soltas, mas não pelos motivos que esperávamos. Por um lado, embora a votação não tivesse terminado na Califórnia, estávamos otimistas de que eu venceria. Mas, ao mesmo tempo que nos preparávamos para comemorar a vitória árdua e merecida, todos os olhares estavam grudados nas telas enquanto os números de cada estado eram revelados, contando uma história perturbadora.

Em determinado momento, Alexander, meu afilhado de nove anos, se aproximou de mim com lágrimas nos olhos. Supus que uma das outras crianças do grupo o tivesse chateado de alguma forma.

“Vem aqui, garotão. O que houve?”

Alexander me encarou. Sua voz saiu trêmula.

“Tia Kamala, aquele homem não pode ganhar. Ele não vai ganhar, né?”

A preocupação de Alexander partiu meu coração. Eu não queria que ninguém fizesse uma criança sentir aquilo. Oito anos antes, muitos de nós tínhamos chorado de felicidade quando Barack Obama foi eleito presidente. E naquele momento ver o medo daquela criança...

Eu e o pai dele, Reggie, levamos Alexander para fora e tentamos consolá-lo.

“Alexander, sabe quando os super-heróis enfrentam um desafio enorme porque um vilão está indo atrás deles? O que eles fazem quando isso acontece?”

“Eles lutam”, disse ele, fungando.

“Isso mesmo. E lutam com emoção, porque todos os melhores super-heróis sentem muitas coisas, como você. Mas eles sempre lutam, não é? E é isso que nós vamos fazer.”

Pouco tempo depois, a Associated Press declarou minha vitória.<sup>1</sup> Nós

ainda estávamos no restaurante.

“Não sei como agradecer por vocês estarem ao meu lado a cada passo dessa jornada”, falei para a minha família e os meus amigos, que sempre me apoiaram e me trataram com muito carinho. “Isso significa muito para mim.”

Eu estava explodindo de gratidão, tanto pelas pessoas presentes quanto por aquelas que perdi no caminho, sobretudo minha mãe. Tentei saborear o momento, e consegui, ainda que brevemente. Mas, da mesma forma que todo mundo, logo voltei o olhar para a TV.

Depois do jantar, fomos para o salão em que seria realizada a festa da Noite de Eleição, onde mais de mil pessoas tinham se reunido. Eu não era mais candidata. Era uma senadora eleita dos Estados Unidos, a primeira mulher negra do meu estado e a segunda na história do país a conquistar essa posição. Eu tinha sido eleita para representar mais de 39 milhões de pessoas, aproximadamente um a cada oito americanos, com todos os tipos de história e de vivência. Era, e ainda é, uma honra extraordinária que me enche de humildade.

Minha equipe aplaudiu e comemorou quando cheguei à área atrás do palco. Tudo ainda parecia um tanto surreal. Nenhum de nós tinha assimilado completamente o que estava acontecendo. Eles formaram um círculo ao meu redor, e agradei por tudo que fizeram. Éramos uma família e tínhamos passado por uma incrível jornada juntos. Algumas das pessoas naquele local estavam comigo desde minha primeira campanha, para promotora distrital. Mas agora, quase dois anos depois do começo da nossa campanha, tínhamos um novo obstáculo a enfrentar.

Eu tinha escrito um discurso com a certeza de que Hillary Clinton se tornaria a primeira mulher eleita presidente dos Estados Unidos. Quando subi no palco para cumprimentar meus apoiadores, abandonei o rascunho. Olhei para o salão. Estava lotado, da pista de dança até o

balcão. Muitas daquelas pessoas estavam em choque com os resultados nacionais.

Para o grupo reunido ali, falei que tínhamos uma grande tarefa pela frente e que havia muita coisa em jogo. Precisávamos nos comprometer com a união do país e fazer o que fosse necessário para proteger nossos valores e ideais fundamentais. Pensei em Alexander e em todas as crianças quando fiz uma pergunta:

“Vamos recuar ou vamos lutar? Por mim, vamos lutar. E eu pretendo lutar!”

Fui para casa naquela noite com meus familiares, muitos deles hospedados conosco. Cada um foi para seu quarto trocar de roupa, e em seguida nos reunimos na sala. Alguns estavam sentados em sofás. Outros, no chão. Ligamos a TV.

Ninguém sabia direito o que dizer nem o que fazer. Cada um tentava à sua maneira lidar com a situação. Eu me sentei no sofá com Doug e comi um pacote tamanho família de Doritos. Não dividi com ninguém.

De uma coisa eu sabia: uma campanha tinha acabado, mas outra estava prestes a começar. Uma campanha que convocava a participação de todos nós. Dessa vez, seria uma batalha pela alma da nossa nação.

Desde esse dia, vimos o presidente se alinhar com supremacistas brancos de nosso país e se aproximar de ditadores de outras nações; arrancar bebês dos braços das mães numa violação grotesca de seus direitos humanos; dar a corporações e aos ricos reduções enormes em impostos ao mesmo tempo que ignora a classe média; atrapalhar nossa luta contra as mudanças climáticas; sabotar o serviço de saúde e pôr em risco o direito das mulheres de controlar o próprio corpo; tudo isso enquanto ataca a tudo e a todos, inclusive a própria ideia de imprensa livre e independente.

Nós somos melhores do que isso. Os americanos sabem que somos

melhores do que isso. Mas vamos ter de provar. Vamos ter de lutar por isso.

No dia 4 de julho de 1992, um dos meus heróis e das minhas maiores inspirações, Thurgood Marshall, fez um discurso que continua muito atual:

“Não podemos bancar o avestruz”, disse ele.<sup>2</sup> “A democracia não consegue prosperar em meio ao medo. A liberdade não consegue florescer em meio ao ódio. A justiça não consegue se firmar em meio à fúria. Os americanos precisam começar a se mexer... Nós temos de nos livrar da indiferença. Temos de nos livrar da apatia. Temos de nos livrar do medo, do ódio e da desconfiança.”

Este livro nasceu desse chamado à ação e da minha crença de que nossa luta precisa começar e terminar com a verdade.

Acredito que não exista antídoto mais importante e eficaz para o atual momento do que uma relação recíproca de confiança. Uma relação em que damos e recebemos confiança. E um dos ingredientes mais importantes nesse tipo de relacionamento é falarmos a verdade. O que dizemos importa. O que queremos dizer. O valor que botamos nas nossas palavras — e o que elas valem para os outros.

Não podemos resolver nossos problemas mais complexos se não formos sinceros sobre que problemas são esses, se não estivermos dispostos a ter conversas difíceis e aceitar o que os fatos deixam nítido.

Temos de falar a verdade: o racismo, o machismo, a homofobia, a transfobia e o antissemitismo são reais nos Estados Unidos e devem ser combatidos. Temos de falar a verdade: com a exceção dos nativos americanos, todos nós descendemos de pessoas que não nasceram em nosso território — quer nossos ancestrais tenham vindo para os Estados Unidos por vontade própria, com esperanças de um futuro próspero, quer à força, em um navio negreiro, quer em desespero, para fugir de um

passado horrível.

Não podemos construir uma economia que dê dignidade e decência aos trabalhadores americanos se não falarmos a verdade primeiro; que estamos pedindo que as pessoas façam mais com menos dinheiro e que vivam mais com menos segurança. Os salários não sobem há quarenta anos, enquanto os custos de saúde, educação e moradia dispararam. A classe média vive do contracheque de cada mês.

Temos de falar a verdade sobre a crise do encarceramento em massa — que botamos mais gente na prisão do que qualquer outro país do planeta, sem nenhum bom motivo. Temos de falar a verdade sobre a brutalidade policial, sobre o preconceito racial, sobre o assassinato de homens negros desarmados. Temos de falar a verdade sobre indústrias farmacêuticas que levam a comunidades desavisadas opioides que causam dependência, e sobre empresas de crédito consignado e faculdades particulares que se aproveitam dos americanos vulneráveis e os enchem de dívidas. Temos de falar a verdade sobre corporações gananciosas e predatórias que transformam a desregulamentação, a especulação financeira e o negacionismo climático em uma crença. E pretendo fazer exatamente isso.

Este livro não tem a intenção de ser uma plataforma política, muito menos um plano de cinquenta etapas. Na verdade, é um apanhado de ideias e pontos de vista, além de histórias, da minha vida e da vida das muitas pessoas que conheci ao longo do caminho.

Só preciso mencionar mais duas coisas antes de começarmos:

Primeiro, a pronúncia do meu nome em inglês é “comma-la”. Significa “flor de lótus”, um símbolo de muita importância na cultura indiana. Um lótus cresce debaixo da água e a flor sobe até a superfície, enquanto as raízes estão firmes no fundo do rio.

Segundo, quero que vocês saibam como isso é pessoal para mim. Esta

é a história da minha família. É a história da minha infância. É a história da vida que construí desde então. Vocês vão conhecer meus familiares e meus amigos, meus colegas e minha equipe. Espero que os apreciem tanto quanto eu e que, ao lerem minha história, vejam que eu não teria conquistado nada do que possuo hoje se estivesse sozinha.

*Kamala, 2018*

## CAPÍTULO UM

# Em nome do povo

Ainda me lembro da primeira vez que entrei no Tribunal Superior do condado de Alameda, em Oakland, Califórnia, como funcionária. Foi em 1988, no último verão na faculdade de direito, e eu, com mais nove pessoas, recebemos uma proposta de estágio de verão na promotoria. Eu achava que queria ser promotora de justiça, estar na linha de frente da reforma da justiça criminal, proteger os vulneráveis. Mas, como eu nunca tinha visto de perto alguém na função, ainda não havia tomado a decisão.

O sol brilhava forte no fórum. O prédio se destacava junto ao lago Merritt, mais alto e majestoso do que os edifícios ao redor. De certos ângulos, parecia uma maravilha arquitetônica de uma capital estrangeira, com a base de granito e a torre de concreto subindo até o telhado dourado. Se bem que, de outros ângulos, tinha uma perturbadora semelhança com um bolo de casamento *art déco*.

A Promotoria de Justiça do condado de Alameda é uma lenda por si só. Earl Warren foi promotor lá antes de se tornar procurador-geral de justiça da Califórnia e, mais tarde, um dos juízes mais influentes da Suprema Corte dos Estados Unidos. Ele estava na minha cabeça naquela manhã, quando passei pelos mosaicos lindíssimos no saguão, que exibem a história dos primórdios do estado. As palavras de Warren — proclamando que a segregação era “inerentemente desigual” — levaram quinze longos anos para chegar a Berkeley, na Califórnia. E sou muito

grata por terem vindo a tempo para mim: minha turma de ensino fundamental foi só a segunda da minha cidade a não ter mais segregação nos ônibus escolares.

Fui a primeira a chegar à reunião de orientação. Em poucos minutos, o restante dos meus colegas chegou. Só havia uma mulher entre eles, Amy Resner. Assim que a reunião acabou, fui até ela e pedi seu número de telefone. Naquele ambiente dominado por homens, era revigorante ter pelo menos uma colega mulher. Ela continua sendo uma das minhas melhores amigas até hoje e sou madrinha dos filhos dela.

Como estagiários de verão, era compreensível que tivéssemos bem pouco poder e influência. Nosso trabalho era basicamente o de aprender e observar e, ao mesmo tempo, ajudar no que fosse possível. Era uma oportunidade de ter a experiência de ver como o sistema de justiça criminal funcionava por dentro, como era quando a justiça acontecia — e quando não acontecia. Fomos alocados com promotores que estavam trabalhando em vários tipos de caso, desde embriaguez ao volante até homicídios, e tivemos oportunidade de estar presentes e de ser parte do processo de montar um caso.

Nunca vou esquecer a ocasião em que meu supervisor estava trabalhando em um caso que envolvia uma apreensão de drogas. A polícia prendeu vários indivíduos na batida, inclusive uma transeunte inocente: uma mulher que estava no lugar errado na hora errada e acabou se envolvendo. Eu não a tinha visto. Não sabia quem ela era nem como era sua aparência. Não tinha nenhuma ligação com ela além do relatório que eu estava revisando. Mas algo ali chamou minha atenção.

Era fim de tarde de uma sexta-feira e a maioria das pessoas já tinha ido para casa. Era provável que um juiz só fosse vê-la na segunda-feira. Isso significava que a mulher teria que passar o fim de semana na cadeia.

*Ela trabalha nos fins de semana? Vai ter que explicar ao empregador*

*onde estava? Vai ser demitida?*

*E, mais importante ainda, eu sabia que ela tinha filhos pequenos em casa. Eles sabem que ela está presa? Devem achar que a mãe fez alguma coisa errada. Quem está cuidando deles agora? Tem alguém que possa fazer isso? Podem acabar chamando o Serviço de Proteção à Criança. Meu Deus, ela poderia perder os filhos.*

Tudo estava em jogo para aquela mulher: a família, o sustento, sua posição na comunidade, sua dignidade, sua liberdade. E ela não tinha feito nada de errado.

Corri até o escrevente do tribunal e pedi que o caso fosse julgado naquele mesmo dia. Eu implorei. Supliquei. Se o juiz pudesse voltar ao plenário por cinco minutinhos, poderíamos providenciar a liberação dela. Eu só conseguia pensar na família e nos filhos assustados daquela mulher. Por fim, conforme os minutos iam se esgotando, o juiz voltou. Eu o vi e ouvi revisar o caso e esperei que ele desse a ordem. E então, com uma batida do martelo, de repente, ela estava livre. Poderia voltar para casa, para os filhos, a tempo de preparar o jantar. Nunca tive a chance de conhecê-la, mas jamais vou me esquecer dela.

Esse foi um momento decisivo na minha vida. Foi a cristalização de como, mesmo nas margens do sistema de justiça criminal, tudo que estava envolvido era importante e intensamente humano. Foi a percepção de que, mesmo com a autoridade limitada de uma estagiária, as pessoas que se importavam podiam fazer justiça. Foi revelador, um momento que mostrou a importância de ter pessoas compassivas trabalhando como promotoras. Anos antes de eu ser eleita para liderar uma promotoria importante, aquela foi uma das vitórias mais significativas para mim. Eu sabia que ela estava indo para casa.

E sabia que tipo de trabalho queria fazer e a quem eu queria servir.

O fórum não ficava muito longe de onde eu cresci. Nasci em

Oakland, na Califórnia, em 1964, e passei os anos da minha infância entre Oakland e Berkeley.

Meu pai, Donald Harris, nasceu na Jamaica em 1938. Ele foi um aluno brilhante e imigrou para os Estados Unidos depois de ser aceito na Universidade da Califórnia em Berkeley. Meu pai foi estudar economia e se tornaria professor em Stanford, onde continua sendo professor emérito.

A vida da minha mãe começou milhares de quilômetros ao leste, no sul da Índia. Shyamala Gopalan era a mais velha de quatro irmãos — três meninas e um menino. Como meu pai, era uma aluna talentosa, e quando demonstrou paixão pela ciência seus pais a incentivaram e apoiaram.

Ela se formou na Universidade de Délhi aos dezenove anos. E não parou por aí. Inscreveu-se para um programa de pós-graduação em Berkeley, uma universidade que ela nunca vira, em um país que nunca visitara. Mal consigo imaginar como deve ter sido difícil para os pais dela a deixarem ir. A aviação comercial estava começando a se espalhar pelo mundo. Não seria simples manter contato. Mas quando minha mãe pediu permissão para ir morar na Califórnia, meus avós não se opuseram. Ela era adolescente quando saiu de casa para estudar em Berkeley em 1958, com a intenção de obter um doutorado em nutrição e endocrinologia, para realizar seus planos de se tornar pesquisadora sobre câncer de mama.

A expectativa era de que minha mãe voltasse para a Índia depois que terminasse os estudos. O casamento dos pais dela fora arranjado. Imaginava-se que minha mãe seguiria um caminho similar. Mas o destino tinha outros planos. Ela e meu pai se conheceram e se apaixonaram em Berkeley enquanto participavam do movimento pelos direitos civis. O casamento dela e sua decisão de permanecer nos Estados

Unidos foram seus derradeiros atos de autonomia e amor.

Meus pais tiveram duas filhas. Minha mãe conquistou o ph.D. aos 25 anos, no ano em que nasci. Minha amada irmã, Maya, veio ao mundo dois anos depois. Dizem na família que, durante as duas gestações, minha mãe continuou trabalhando até o momento do parto — em uma das ocasiões, a bolsa se rompeu quando ela estava no laboratório e, na outra, quando estava fazendo *strudel* de maçã. (Nos dois casos, como conheço minha mãe, sei que ela deve ter insistido em terminar suas tarefas antes de ir para o hospital.)

Aqueles foram dias felizes e sem preocupações. Eu amava estar ao ar livre e lembro que, quando era bem pequena, meu pai queria que eu tivesse liberdade para correr. Ele se virava para a minha mãe e dizia: “Deixe a menina correr, Shyamala.” Então se virava para mim e dizia: “Corra, Kamala. O mais rápido que conseguir. Corra!” Eu saía correndo, o vento no rosto, com a sensação de que era capaz de fazer qualquer coisa. (Não é surpreendente que eu também tenha tantas lembranças da minha mãe botando curativos nos meus joelhos ralados.)

Nossa casa era cheia de música. Minha mãe adorava música gospel — do trabalho inicial de Aretha Franklin a Edwin Hawkins Singers — e costumava cantar junto. Ela já havia ganhado um prêmio de canto na Índia, e eu amava ouvir sua voz. Meu pai gostava de música tanto quanto minha mãe. Ele possuía uma grande coleção de discos de jazz, tantos que ocupavam todas as prateleiras de uma parede. Todas as noites, eu pegava no sono ouvindo Thelonious Monk, John Coltrane ou Miles Davis.

Mas a harmonia entre meus pais não durou muito. Com o tempo, as coisas ficaram mais difíceis. Eles pararam de ser gentis um com o outro. Eu sabia que eles se amavam muito, mas parecia que tinham se tornado como óleo e água. Quando eu tinha cinco anos, o laço entre os dois já tinha afrouxado sob o peso da incompatibilidade. Eles se separaram

pouco depois que meu pai assumiu um emprego na Universidade de Wisconsin e formalizaram o divórcio alguns anos depois. Eles não brigaram por dinheiro. O único motivo de discussão foi quem ficaria com os livros.

Já pensei muitas vezes que, se eles fossem um pouco mais velhos, mais emocionalmente maduros, talvez o casamento pudesse ter sobrevivido. Mas eram jovens demais. Meu pai foi o primeiro namorado da minha mãe.

Foi difícil para os dois. Acho que, para minha mãe, o divórcio representou uma espécie de fracasso que ela nunca havia considerado. Seu casamento foi tanto um ato de rebeldia quanto de amor. Explicá-lo para os pais dela foi bem difícil. Imagino que explicar o divórcio tenha sido ainda mais. Duvido que eles tenham dito “Eu avisei”, mas mesmo assim acho que as palavras ecoaram na mente dela.

Maya ainda era um bebê na época da separação, pequena demais para entender o que estava acontecendo, para sentir a dificuldade de tudo. Muitas vezes, sinto certa culpa por causa de uma coisa que Maya não chegou a vivenciar: eu vi nossos pais felizes juntos. Maya, não.

Meu pai continuou fazendo parte de nossa vida. Nós o víamos nos fins de semana e passávamos o verão com ele em Palo Alto. Mas foi minha mãe que se encarregou da nossa criação. Ela foi a maior responsável por nos tornarmos as mulheres que somos hoje.

E foi uma mulher extraordinária. Minha mãe tinha 1,55 metro, mas parecia ter 1,90. Era inteligente e rigorosa, intensa e protetora. Generosa, leal e engraçada. Só tinha dois objetivos na vida: criar as filhas e contribuir para a cura do câncer de mama. Ela nos cobrou muito e tinha altas expectativas, ao mesmo tempo que nos estimulava. E, o tempo todo, fez com que Maya e eu nos sentíssemos especiais, capazes de fazer tudo que quiséssemos se nos dedicássemos.

Minha mãe foi criada em um lar em que o ativismo político e a liderança civil aconteceram naturalmente. A mãe dela, minha avó, Rajam Gopalan, não frequentou o ensino médio, mas era uma organizadora comunitária habilidosa. Ela acolhia mulheres que sofriam abuso dos maridos, ligava para os maridos e dizia que eles tinham de tomar jeito, senão ela daria um jeito neles. Ela reunia as mulheres do vilarejo e lhes ensinava sobre contracepção. Meu avô, P. V. Gopalan, participou do movimento de independência da Índia. Como diplomata sênior do governo indiano, acabou passando um tempo morando na Zâmbia com a minha avó depois da independência do país, para ajudar refugiados. Ele brincava que o ativismo da minha avó um dia o levaria a ter problemas. Mas ele sabia que nunca a impediria. Com eles, minha mãe aprendeu que era o serviço aos outros que enchia a vida de propósito e sentido. E, com a minha mãe, Maya e eu aprendemos o mesmo.

Minha mãe herdou a força e a coragem da minha avó. As pessoas que as conheciam sabiam que não deviam mexer com elas. E, por causa dos pais dela, minha mãe desenvolveu uma consciência política apurada. Ela possuía consciência da história, das lutas, das desigualdades. Nasceu com uma noção de justiça marcada na alma.

Meus pais muitas vezes me levavam no carrinho quando iam a manifestações pelos direitos civis. Tenho lembranças antigas de um mar de pernas se movendo ao meu redor, da energia, dos gritos e dos cantos. A justiça social foi parte central das discussões de família. Minha mãe ria quando contava uma história que amava, da época que comecei a andar. “O que você quer?”, perguntava ela, tentando me acalmar. “*Libedade!*”, respondia eu.

Minha mãe se cercou de amigas próximas que eram mais como irmãs. Minha madrinha, uma colega de Berkeley que eu conhecia como “tia Mary”, era uma delas. Elas se conheceram no movimento pelos direitos

civis que ganhava forma no começo dos anos 1960 e estava sendo debatido e defendido desde as ruas de Oakland até os palanques improvisados com caixas no Sproul Plaza, em Berkeley. Enquanto os alunos negros se pronunciavam contra a injustiça, um grupo de rapazes e moças apaixonados, com inteligência aguçada e engajamento político, se encontrou, e entre eles minha mãe e tia Mary.

Elas foram a protestos pacíficos em que foram atacadas com jatos d'água por policiais. Marcharam contra a Guerra do Vietnã e a favor dos direitos civis e de voto. Foram juntas ver Martin Luther King Jr. falar em Berkeley, e minha mãe teve a oportunidade de conhecê-lo. Ela me contou que, em um protesto contra a guerra, os manifestantes foram confrontados pelos Hell's Angels. E contou que, em outro, ela e as amigas foram obrigadas a fugir para se protegerem, comigo no carrinho, quando a violência contra os manifestantes irrompeu.

Mas meus pais e seus amigos eram mais do que apenas manifestantes. Eram pensadores, elaboravam grandes ideias e organizavam a comunidade. Tia Mary, o irmão dela (tio Freddy), minha mãe e meu pai e outros dez ou doze alunos organizaram um grupo de estudos para ler os escritores negros que a universidade ignorava. Eles se encontravam aos domingos na casa da tia Mary e do tio Freddy na Harmon Street, onde devoraram Ralph Ellison, discutiram Carter G. Woodson, debateram W.E.B. Du Bois.<sup>1</sup> Eles conversavam sobre o apartheid, a descolonização africana, os movimentos de libertação no mundo em desenvolvimento, a história do racismo nos Estados Unidos. Mas não era só conversa. Havia uma urgência para lutar. Eles também receberam convidados proeminentes, inclusive líderes intelectuais e de direitos civis, de LeRoi Jones a Fannie Lou Hamer.

Depois de Berkeley, tia Mary foi trabalhar como professora na Universidade Estadual de São Francisco [SFSU, na sigla em inglês], onde

continuou a celebrar e enaltecer a experiência negra. A SFSU tinha uma faculdade experimental gerenciada por alunos, e, em 1966, outro amigo querido da minha mãe, que eu conhecia como tio Aubrey, deu o primeiro curso de estudos negros da faculdade.<sup>2</sup> O campus foi um local de testes para redefinir o significado e a essência de uma educação maior.

Esses eram os amigos da minha mãe. Em um país em que ela não tinha família, eles eram sua família — e ela era a deles. Desde praticamente o momento em que chegou da Índia, ela escolheu e foi acolhida e absorvida pela comunidade negra. Foi a base da sua nova vida americana.

Junto com tia Mary, tia Lenore era a maior confidente da minha mãe. Também tenho boas lembranças de um dos professores da minha mãe, Howard, um endocrinologista brilhante que a adotou como pupila. Quando eu era pequena, ele me deu um colar de pérolas que tinha trazido de uma viagem ao Japão. (Desde então, as pérolas sempre foram as minhas joias favoritas!)

Também fui muito próxima do irmão da minha mãe, Balu, e das irmãs dela, Sarala e Chinni (que eu chamava de Chitti, que significa “mãe mais nova”). Eles moravam a milhares de quilômetros e nós raramente nos víamos. Mesmo assim, por meio de muitas ligações internacionais, visitas periódicas à Índia e cartas e cartões escritos entre nós, nosso sentimento de família — de proximidade, reconforto e confiança — pôde resistir à distância. Foi como aprendi que é possível ter um relacionamento muito íntimo com as pessoas, mesmo que não façam parte da rotina diária. Estávamos sempre presentes uns para os outros, da forma que fosse.

Minha mãe, meus avós, minhas tias e meu tio despertaram em nós o orgulho por nossas raízes sul-asiáticas. Nossos nomes indianos clássicos remetem a nossa herança, e fomos criadas com uma forte percepção e

apreciação pela cultura indiana. Todas as palavras de afeto e de frustração da minha mãe vinham no idioma dela — o que me parece bem adequado, pois a pureza daquelas emoções é o que mais associo a ela.

Minha mãe entendia muito bem que estava criando duas filhas negras. Ela sabia que Maya e eu seríamos lidas como negras pelo país que ela adotou e estava determinada a garantir que nos transformássemos em mulheres negras confiantes e orgulhosas.

Um ano após o divórcio, nós nos mudamos para o andar de cima de uma casa de dois apartamentos na Bancroft Way, em uma parte de Berkeley conhecida como “Flatlands”. Era um bairro unido com famílias da classe trabalhadora concentradas em fazer o melhor possível, pagar as contas e se ajudar. Era uma comunidade dedicada às crianças, um lugar onde as pessoas acreditavam no princípio mais básico do Sonho Americano: que, se você trabalha arduamente e faz a coisa certa no mundo, seus filhos terão um futuro melhor do que o seu. Não éramos ricas em termos financeiros, mas os valores que internalizamos ofereciam um tipo diferente de riqueza.

Minha mãe nos arrumava todas as manhãs antes de ir trabalhar no laboratório de pesquisa. Geralmente, preparava uma xícara de leite com achocolatado. Nós podíamos escolher se queríamos o sabor chocolate, morango ou baunilha. Em ocasiões especiais, comíamos Pop-Tart. Pela perspectiva dela, o café da manhã não era hora de se perder tempo.

Ela me dava um beijo de despedida e eu andava até a esquina, a fim de pegar o ônibus para a Thousand Oaks Elementary School. Eu só soube depois que éramos parte de um experimento nacional de dessegregação, com filhos negros da classe trabalhadora enviados de ônibus de uma direção e as crianças brancas das áreas mais ricas de Berkeley enviadas de ônibus a partir de outras. Na ocasião, eu só sabia que precisava do ônibus amarelo para chegar à escola.

Olhar para a foto da minha turma do primeiro ano me lembra como foi maravilhoso crescer em um ambiente com tanta diversidade. Como os alunos vinham de toda a região, éramos um grupo bem variado; alguns moravam em conjuntos habitacionais e outros eram filhos de professores universitários. Lembro-me de comemorar datas culturais diversas na escola e de aprender a contar até dez em vários idiomas. Lembro-me de pais, inclusive a minha mãe, se voluntariando na sala de aula para fazer projetos de ciências e de artes com as crianças. A sra. Frances Wilson, minha professora do primeiro ano, era muito comprometida com os alunos. Na verdade, quando me formei na University of California Hastings College of the Law, lá estava a sra. Wilson, sentada na plateia, comemorando meu sucesso.

Quando Maya e eu voltávamos da escola, nossa mãe em geral ainda estava no trabalho, então íamos para a casa dos Sheltons, que minha mãe conhecia por intermédio do tio Aubrey e com quem tivemos um relacionamento duradouro de amor, cuidado e conexão.

Regina Shelton, vinda da Louisiana, era tia de Aubrey; ela e o marido, Arthur, originário do Arkansas, tinham uma creche — primeiro localizada no porão da casa deles e depois embaixo do nosso apartamento. Os Sheltons se dedicavam a promover o melhor começo possível de vida para as crianças do bairro. O espaço deles era pequeno e acolhedor, com pôsteres de líderes como Frederick Douglass, Sojourner Truth e Harriet Tubman na parede. O primeiro George Washington sobre quem Maya e eu aprendemos quando éramos pequenas foi George Washington Carver. Ainda rimos da primeira vez que Maya ouviu um professor falar sobre o presidente George Washington e pensou com orgulho: “Eu sei quem é! É o homem do amendoim!”

A creche dos Sheltons também funcionava depois do horário da escola, e era lá que Maya e eu passávamos nossas tardes. Dizíamos

simplesmente que íamos para “a casa”. Sempre havia crianças correndo para todo lado; muitas risadas e brincadeiras alegres. Maya e eu fomos ficando cada vez mais próximas da filha da sra. Shelton e das crianças órfãs que ela acolhia; fingíamos que íamos nos casar com os Jackson Five — Maya com Michael e eu com Tito. (Te amo, Tito!)

A sra. Shelton logo se tornou uma segunda mãe para nós duas. Elegante e calorosa em medidas iguais, ela misturava o estilo sulista tradicional com sua graça e hospitalidade — sem mencionar o bolo e os biscoitos maravilhosos que fazia. Também era muito atenciosa e prestativa — excepcionalmente inteligente e com uma generosidade rara.

Nunca vou esquecer quando fiz balinhas de limão para todo mundo. Eu tinha passado uma tarde preparando uma receita que encontrei em um dos cadernos da minha mãe. Ficaram lindas e eu estava empolgada para exibi-las. Coloquei-as em um prato, cobri-as com plástico filme e fui até a casa da sra. Shelton, onde ela estava sentada à mesa da cozinha, tomando chá e rindo com a irmã, tia Bea, e com a minha mãe. Mostrei minha criação para elas com orgulho, e a sra. Shelton deu uma grande mordida. No entanto, eu tinha usado sal em vez de açúcar, mas, como não havia experimentado, não sabia.

“Ah, querida...”, respondeu a sra. Shelton com seu lindo sotaque sulista, os lábios repuxados por causa do gosto. “Estão deliciosas... talvez um pouco carregadas no sal... mas deliciosas mesmo assim.”

Não saí dali me achando um fracasso. Saí achando que tinha feito um ótimo trabalho, mas cometido um pequeno erro. Foram momentos assim que me ajudaram a desenvolver um sentimento natural de confiança. Eu acreditava que era capaz de fazer qualquer coisa.

A sra. Shelton me ensinou muito. Ela sempre procurava mães que precisavam de orientação e apoio, ou mesmo só de um abraço, porque isso é a coisa certa a se fazer. Acolhia mais crianças do que consigo

lembrar em sua casa e adotou uma garota chamada Sandy, que se tornaria minha melhor amiga. Ela sempre via o potencial das pessoas. Eu amava isso em sua personalidade. Ela amparava as crianças do bairro que tinham tropeçado nos obstáculos da vida e fazia isso com a expectativa de que esses garotos e garotas com dificuldades pudessem se destacar. Mas nunca falava sobre isso. Para ela, aqueles feitos não eram extraordinários; eram apenas uma extensão dos seus valores.

Quando eu voltava para casa, vinda da casa dos Sheltons, encontrava minha mãe lendo, trabalhando ou se preparando para fazer o jantar. Fora o café da manhã, ela adorava cozinhar, e eu adorava me sentar com ela na cozinha, assistir aos preparos, sentir os aromas e comer. Em nossa casa havia um cutelo enorme em estilo chinês, com o qual ela picava os alimentos, e um armário cheio de temperos. Eu amava saber que quiabo podia ser uma comida típica afro-americana ou indiana, dependendo do tempero escolhido; ela acrescentava camarão seco e linguiça para preparar como um *gumbo* ou fritava com açafrão e sementes de mostarda.

Minha mãe cozinhava como uma cientista. Estava sempre fazendo experiências — uma carne na chapa com molho de ostra um dia, *latkes* de batata no outro. Até meu almoço se tornou um laboratório das criações dela: no ônibus, meus amigos, com seus sanduíches de mortadela e de pasta de amendoim com geleia, perguntavam com empolgação: “Kamala, o que você trouxe?” Eu abria o saco de papel pardo, que minha mãe sempre decorava com uma carinha sorridente ou um outro desenho. “Cream cheese com azeitona no pão preto!” Admito que nem todos os experimentos eram bem-sucedidos — ao menos não para meu paladar infantil. Mas, de qualquer modo, sempre era diferente, e isso tornava meus almoços especiais, da mesma forma que a minha mãe.

Enquanto cozinhava, ela colocava Aretha Franklin no toca-discos e eu dançava e cantava na sala, como se estivesse em um palco. Ouvíamos a versão dela de “To Be Young, Gifted and Black” o tempo todo, um hino do orgulho negro cantado primeiro por Nina Simone.

A maioria das nossas conversas acontecia na cozinha. Cozinhar e comer eram algumas das coisas que nossa família mais fazia junto. Quando Maya e eu éramos crianças, nossa mãe às vezes servia o que chamava de “smorgasbord”. Ela usava um cortador de biscoitos para fazer formatos em pedaços de pão e os colocava numa bandeja com maionese, pickles e palitos de dentes decorados. Entre as fatias de pão, colocávamos as sobras dos jantares anteriores que estavam na geladeira. Levei anos para perceber que o “smorgasbord” era nada mais, nada menos que as sobras. Minha mãe tinha um jeito de fazer até o comum parecer emocionante.

Havia muitas risadas também. Minha mãe gostava muito de um programa de marionetes chamado *Punch and Judy*, no qual Judy corria atrás de Punch com um rolo de abrir massas. Ela ria muito quando fingia correr atrás de nós pela cozinha com o rolo dela.

Mas nem tudo era risada, claro. Os sábados eram “dias de tarefa”, e cada uma de nós tinha a sua. Minha mãe sabia ser rigorosa e tinha pouca paciência para comodismo. Minha irmã e eu raramente ganhávamos elogios por comportamentos ou realizações que eram esperadas de nós. “Por que eu aplaudiria uma coisa que você tinha mesmo que fazer?”, dizia ela se eu tentasse pescar uns elogios. E, se eu voltasse para casa e relatasse meu mais recente drama em busca de um ombro solidário, minha mãe nem queria saber. Sua primeira reação era “Bom, e o que *você* fez?”. Em retrospecto, vejo que ela estava tentando me ensinar que eu tinha poder e meios de agir. E isso é ótimo, mas mesmo assim me deixava louca.

Esse rigor, no entanto, sempre era acompanhado de um amor incondicional, de lealdade e de apoio. Se Maya ou eu estivéssemos tendo um dia ruim ou se o tempo ficasse nublado e deprimente por muito tempo, ela fazia o que gostava de chamar de “festa de desaniversário”, com um bolo e presentes de desaniversário. Em outras ocasiões, preparava algumas das nossas comidas favoritas — panquecas com gotas de chocolate ou os biscoitos de cereal que ela chamava de “K Especial” (“K” de Kamala). Muitas vezes, ia para a máquina de costura e fazia roupas para nós ou para nossas Barbies. Ela até deixou que Maya e eu escolhêssemos a cor do carro da família, um Dodge Dart que ela usava para ir a tudo que era lugar. Nós escolhemos amarelo — nossa cor favorita na época —, e, se ela se arrependeu de ter nos dado o poder dessa decisão, nunca deixou transparecer. (O lado bom é que era fácil encontrar nosso carro no estacionamento.)

Três vezes por semana, eu subia a rua até a casa da sra. Jones. Ela era pianista de formação clássica, mas não havia muitas opções nesse ramo para uma mulher negra, então se tornou professora de piano. E ela era rigorosa e séria. Toda vez que eu olhava para o relógio e via quanto tempo faltava para a aula acabar, ela batia nos meus dedos com uma régua. Certas noites, eu ia à casa da tia Mary e jogava xadrez com o tio Sherman. Ele era um ótimo jogador e adorava falar comigo sobre as implicações maiores do jogo: da ideia de usar estratégia, de ter um plano, de pensar nas jogadas vários lances à frente, de prever as ações do seu oponente e de ajustar as suas para superá-lo. De vez em quando, ele me deixava ganhar.

Aos domingos, nossa mãe nos enviava para a 23rd Avenue Church of God junto com as outras crianças na perua da sra. Shelton. Minhas lembranças mais antigas dos ensinamentos da Bíblia são de um Deus amoroso, um Deus que nos pedia que “falássemos por aqueles que não

podem falar por si mesmos” e “defendêsemos os direitos dos pobres e necessitados”. Foi lá que aprendi que “fé” é um verbo; acredito que temos de viver nossa fé e demonstrá-la nas ações.

Maya e eu cantávamos no coral da igreja, e meu hino favorito era “Fill My Cup, Lord”. Lembro-me de um Dia das Mães em que recitamos uma ode a elas. Cada uma de nós representou uma das letras da palavra *mother*, mãe em inglês. Eu fui a letra T e assumi minha posição com orgulho, os braços abertos. “T é de todos os momentos em que ela se preocupa comigo e me ama de todas as formas.”

Minha noite favorita durante a semana era a de quinta-feira. Às quintas, sempre dava para nos encontrarmos em um prédio bege despretensioso na esquina das antigas Grove e Derby Street. O prédio que eu conhecia, que já havia sido uma funerária, fervilhava de vida, pois abrigava um centro cultural negro pioneiro: Rainbow Sign.

O Rainbow Sign era um espaço de apresentações, cinema, galeria de arte, estúdio de dança e muito mais. Tinha um restaurante com uma cozinha enorme e alguém sempre estava preparando alguma coisa deliciosa — frango frito, almôndegas com molho, batata-doce caramelizada, bolo de milho, torta de pêssego. Durante o dia, era possível frequentar aulas de danças e de idiomas estrangeiros ou fazer oficinas de teatro e arte. À noite, havia exibição de filmes, palestras e apresentações de pensadores negros proeminentes e de líderes da época — músicos, pintores, poetas, escritores, cineastas, acadêmicos, dançarinos e políticos —, homens e mulheres na vanguarda da cultura americana e do pensamento crítico.

O Rainbow Sign foi criação da visionária promotora de concertos Mary Ann Pollar, que abriu o centro com outras dez mulheres negras em setembro de 1971. O nome foi inspirado em um verso da canção espiritual negra “Mary Don’t You Weep”; o trecho “God gave Noah the

rainbow sign; no more water, the fire next time” [“Deus deu a Noé o sinal do arco-íris; não mais a água, da próxima vez, o fogo”] estava impresso no livreto dos membros. James Baldwin, claro, usou de forma memorável o mesmo verso para o seu livro *Da próxima vez, o fogo*. Baldwin era amigo íntimo de Pollar e frequentador assíduo do local.

Minha mãe, Maya e eu íamos ao Rainbow Sign com frequência. Todo mundo no bairro nos conhecia como “Shyamala e as meninas”. Nós éramos uma unidade, uma equipe. E, quando aparecíamos, sempre éramos recebidas com sorrisos largos e abraços calorosos. O Rainbow Sign tinha uma orientação comunitária e uma energia inclusiva. Era um lugar feito para espalhar conhecimento, conscientização e poder. Seu lema informal era “Pelo amor às pessoas”. Famílias com crianças eram especialmente bem-vindas — uma abordagem que refletia tanto os valores quanto a visão das mulheres no comando.

Pollar disse a um jornalista uma vez: “Escondida por baixo de tudo que fazemos, dos melhores entretenimentos que organizamos, sempre há uma mensagem: ‘Olhe ao redor. Pense nisso.’”<sup>3</sup> O centro tinha um programa específico para crianças até o ensino médio, que incluía não só educação artística, mas também uma versão paralela do programa para os adultos, no qual os jovens podiam conhecer e interagir diretamente com os convidados e artistas do centro.

A área da baía de São Francisco foi lar de muitos líderes negros extraordinários e estava fervilhando de orgulho negro em alguns lugares. As pessoas tinham migrado para lá vindas de todo o país. Isso significava que crianças como eu, que passavam um tempo no Rainbow Sign, estavam expostas a dezenas de homens e mulheres extraordinários que nos mostravam o que podíamos nos tornar. Em 1971, a congressista Shirley Chisholm visitou o local enquanto considerava a possibilidade de concorrer à Presidência. Que força! “Nem comprada nem

comandada”, como seu slogan de campanha prometia. Alice Walker, que acabou ganhando o prêmio Pulitzer por *A cor púrpura*, fez uma leitura no Rainbow Sign. E também Maya Angelou, a primeira autora negra cuja autobiografia, *Eu sei por que o pássaro canta na gaiola*, se tornou um best-seller. Nina Simone cantou no Rainbow Sign quando eu tinha sete anos. Mais tarde, eu descobriria que Warren Widener, o primeiro prefeito negro de Berkeley, declarou o dia 31 de março de 1972 o Dia de Nina Simone, para comemorar seus dois dias de apresentação.

Eu amava a atmosfera eletrizante do Rainbow Sign — as risadas, a comida, a energia. Amava as orações poderosas que vinham do palco e os comentários brincalhões, espirituosos e às vezes rebeldes da plateia. Lá pude aprender que expressão artística, ambição e inteligência eram coisas legais. Lá pude entender que não tem jeito melhor de alimentar o cérebro de alguém do que reunindo comida, poesia, política, música, dança e arte.

Também foi onde constatei a extensão lógica das lições diárias da minha mãe, onde pude começar a imaginar o que meu futuro poderia me oferecer. Minha mãe estava nos criando para acreditar que “É difícil demais!” não era uma desculpa aceitável; que ser uma pessoa boa significa defender uma coisa maior do que você; que o sucesso é medido em parte pelo que você ajuda os outros a alcançar e a realizar. Ela nos dizia: “Lutem com os sistemas de uma forma que os faça serem mais justos e não se limitem pelas coisas como sempre foram.” No Rainbow Sign, eu via esses valores em ação, esses princípios materializados. Foi uma criação de cidadã, o único tipo que conheci e me fez supor que todas as outras pessoas também vivenciavam.

Eu estava feliz onde morava. Mas, ainda no ensino fundamental, tivemos de ir embora. Minha mãe recebeu uma proposta irrecusável para dar aulas em Montreal, na McGill University, e conduzir uma pesquisa

no Jewish General Hospital. Foi um passo incrível para a carreira dela.

Mas não pareceu tão incrível para mim. Eu tinha doze anos, e a ideia de me mudar da ensolarada Califórnia em fevereiro, no meio do ano letivo, para uma cidade estrangeira onde se falava francês e que estava coberta de 3,5 metros de neve, era no mínimo perturbadora. Minha mãe tentou fazer parecer que era uma aventura, nos levou para comprar nossos primeiros casacos acolchoados e luvas térmicas, como se fôssemos nos tornar exploradoras do grande inverno do Norte. Mas tive dificuldade de encarar dessa forma. Ficou pior quando minha mãe nos disse que queria que aprendêssemos o idioma e que, por isso, ia nos matricular em uma escola do bairro para falantes nativos de francês, a Notre-Dame-des-Neiges, ou Nossa Senhora das Neves.

Foi uma transição difícil, porque eu só sabia o francês das aulas de balé, em que madame Bovie, a professora, gritava “*Demi-plié* e para cima!”. Eu brincava que me sentia um pato, porque o dia todo na escola nova eu ficava dizendo “*Quoi? Quoi? Quoi?*” (“O quê? O quê? O quê?”).

Tive o cuidado de levar minha educação comigo para Montreal. Um dia, Maya e eu fizemos um protesto na frente do prédio para reclamar que as crianças não podiam jogar futebol no gramado. Fico feliz de contar que nossos pedidos foram atendidos.

Acabei convencendo minha mãe a me matricular em uma boa escola de arte, onde experimentei violino, trompa e tímpano junto com os estudos de história e matemática. Houve um ano em que tocamos “Free to Be... You and Me” do começo ao fim.

Quando cheguei ao ensino médio, já tinha me ajustado ao novo ambiente. Ainda sentia falta de casa, dos meus amigos e da minha família, e sempre ficava feliz de voltar no verão e nos feriados, quando ficávamos com meu pai ou com a sra. Shelton. Mas eu já tinha me acostumado com quase tudo. Só não tinha me acostumado com a

saudade do meu país. E tinha um desejo constante de voltar para casa. Não havia dúvida na minha cabeça de que eu faria faculdade nos Estados Unidos.

Convidei meu pai e minha mãe para irem à minha formatura, mesmo sabendo que eles não se falariam. Mas queria que os dois estivessem lá comigo. Nunca vou me esquecer de me sentar em uma das duas fileiras da frente do auditório e olhar para a plateia. Minha mãe não estava em lugar nenhum. *Onde ela está?*, pensei. *Será que não apareceu porque meu pai veio?* Nós já íamos começar. E então, de repente, a porta dos fundos do auditório se abriu e minha mãe — que quase sempre usava calça jeans e tênis para ir ao laboratório — entrou usando um vestido vermelho vibrante e sapatos de salto. Ela nunca se deixou abater por qualquer situação que fosse.

Durante o ensino médio, comecei a pensar de forma mais concreta sobre meu futuro, tanto a faculdade quanto o que viria depois. Sempre achei que teria uma carreira; eu já tinha visto a satisfação que meus pais tiravam do trabalho. Também tinha visto uma série de mulheres extraordinárias — tia Mary, a sra. Wilson, a sra. Shelton e, mais do que todas, minha mãe — liderando nos respectivos campos de estudo e a diferença que estavam fazendo na vida de outras pessoas.

Embora a semente tivesse sido plantada bem cedo, não sei bem quando, decidi que queria ser advogada. Alguns dos meus maiores heróis eram advogados: Thurgood Marshall, Charles Hamilton Houston, Constance Baker Motley — gigantes do movimento pelos direitos civis. Eu me importava muito com justiça e via a lei como uma ferramenta para ajudar a fazer a vida mais justa. Mas acho que o que mais me atraiu para a profissão foi a forma como as pessoas ao meu redor confiavam e contavam com advogados. Tio Sherman e nosso amigo Henry eram advogados, e sempre que alguém tinha um problema, fosse na família,

fosse no bairro, a primeira coisa que ouvíamos era “Ligue para o Henry. Ligue para o Sherman. Eles vão saber o que fazer. Vão saber como resolver isso”. Eu queria poder fazer o mesmo. Queria poder ser a pessoa com a qual podiam contar. Queria ser a pessoa capaz de ajudar.

Portanto, quando chegou a hora de escolher uma faculdade, quis começar com o pé direito. E que lugar melhor para fazer isso, pensei, do que na *alma mater* de Thurgood Marshall?

\* \* \*

Eu ouvia muitas histórias que diziam que a Universidade Howard era um lugar maravilhoso, principalmente contadas pela tia Chris, que tinha estudado lá. A Howard é uma instituição com um legado extraordinário, um legado que resistiu e prosperou desde sua fundação, dois anos depois da Guerra de Secessão. Resistiu quando as portas do ensino superior se fecharam para os estudantes negros. Resistiu quando a segregação e a discriminação eram a lei. Resistiu quando poucos reconheciam o potencial de liderança e a capacidade de rapazes e moças negros. Gerações de alunos foram cultivadas e instruídas na Howard, equipadas com a confiança para sonhar alto e com as ferramentas para chegar aonde desejassem. Eu queria ser um deles — e, no outono de 1982, mudei-me para Eton Towers, meu primeiro alojamento de faculdade.

Sempre vou me lembrar de quando entrei no Cramton Auditorium para meu primeiro dia de orientação de caloura. O salão estava lotado. Fiquei parada nos fundos, olhei ao redor e pensei: *Aqui é o paraíso!* Havia centenas de pessoas e todo mundo se parecia comigo. Alguns eram filhos de alunos da Howard; outros eram os primeiros de sua família a frequentar a faculdade. Alguns estudaram em escolas predominantemente negras a vida toda; outros eram, havia tempo, os

únicos estudantes não brancos nas salas de aula ou nos bairros onde moravam. Alguns eram de cidades, alguns de comunidades rurais e alguns de países africanos, do Caribe e de toda a diáspora africana.

Como era o caso para a maioria dos alunos da Howard, meu lugar favorito era uma área que chamávamos de Yard, um espaço gramado do tamanho de um quarteirão, no coração do campus. Em qualquer dia, dava para parar no meio do Yard e ver, à direita, jovens dançarinos praticando uma coreografia ou músicos tocando seus instrumentos, e, à esquerda, alunos carregando pastas saindo da faculdade de administração ou alunos de medicina com jalecos brancos voltando para o laboratório. Os grupos de alunos podiam estar gargalhando ou absortos em discussões profundas. Um colunista do *Hilltop*, o jornal da faculdade, com o astro do time de futebol americano. Um cantor de coral gospel com o presidente do clube de matemática.

Essa era a beleza da Howard. Tudo ali dizia aos alunos que podíamos ser qualquer coisa — que éramos jovens, talentosos e negros e que não devíamos deixar nada atrapalhar nosso sucesso. O campus era um lugar onde não precisávamos ficar presos às escolhas de outras pessoas. Na Howard, podíamos chegar sendo nós mesmos e sair sendo quem queríamos ser. Não havia escolhas falsas.

Não só ouvíamos que tínhamos a capacidade de sermos grandiosos, mas também éramos desafiados a alcançar esse potencial. Havia uma expectativa de que fôssemos cultivar e usar nossos talentos para assumir papéis de liderança e ter um impacto na vida de outras pessoas, no nosso país e, talvez, até no mundo.

Mergulhei de cabeça. No primeiro ano, concorri na minha primeira eleição: representante dos calouros do Liberal Arts Student Council. Foi minha primeira campanha. Nenhum oponente que enfrentei depois disso foi tão difícil quanto Shelley Young, de Nova Jersey, e isso diz

muito vindo de uma garota de Oakland.

Fui presidente da sociedade de economia e competi na equipe de debate. Entrei para uma sororidade, minha amada Alpha Kappa Alpha, fundada por nove mulheres da Howard mais de um século atrás. Às sextas-feiras, minhas amigas e eu colocávamos nossas melhores roupas e desfilávamos pelo Yard. Nos fins de semana, íamos ao National Mall protestar contra o apartheid na África do Sul.

Enquanto estava na Howard, além de ser aluna, tive muitos empregos. Fui estagiária na Federal Trade Commission, onde fui responsável pelo *clipping*, que significa reunir todos os jornais matinais, recortar qualquer artigo que mencionasse a agência, colar em folhas de papel, fotocopiar e distribuir para a equipe sênior. Também fiz pesquisas nos Arquivos Nacionais e fui guia de turismo no U.S. Bureau of Engraving and Printing. Meus colegas guias de turismo e eu recebíamos walkie-talkies e números de identificação; eu era “TG-10”, um codinome que me fazia me sentir uma agente do Serviço Secreto. Uma vez, saí do meu turno de trabalho e encontrei Ruby Dee e Ossie Davis na área principal, esperando um passeio VIP depois do horário regular. Eles projetavam uma aura, como os astros que eram, mas fizeram questão de me envolver numa conversa e dizer que sentiam orgulho de ver uma jovem negra trabalhando no serviço público. Nunca esqueci o que senti ao ver que aqueles dois ícones, dois gigantes, tirarem um tempo para demonstrar interesse em mim.

No verão do meu segundo ano, consegui um estágio com o senador Alan Cranston, da Califórnia. Quem poderia adivinhar que trinta anos depois eu seria eleita para o mesmo cargo no Senado? (Ainda tenho emoldurada a carta de agradecimento do chefe de gabinete dele, que fica pendurada na minha sala no Senado, perto de onde meu estagiário se senta. Quando pego o metrô do Senado com meus estagiários, muitas

vezes digo: “Vocês estão olhando seu futuro!”) Eu adorava ir ao Capitólio todos os dias daquele verão para trabalhar. Parecia o epicentro da mudança — e mesmo sendo a estagiária que separava a correspondência, ficava emocionada de fazer parte daquilo. Mas ficava ainda mais encantada com o Edifício da Suprema Corte, do outro lado da rua. Eu atravessava a rua no verão quente e úmido, quando dava para cortar o ar com uma faca, só para poder olhar com assombro a magnificência da construção e ler as palavras entalhadas no mármore acima da entrada: equal justice under law [igualdade de justiça perante a lei]. Eu imaginava um mundo onde isso poderia ser verdade.

Depois da Howard, voltei para casa, em Oakland, e me matriculei na UC Hastings College of the Law. Fui eleita presidente da Black Law Students Association (BLSA) [Associação Nacional de Estudantes de Direito Negros] no meu segundo ano da faculdade. Na época, alunos negros estavam tendo mais dificuldade de encontrar empregos do que os alunos brancos, e eu queria mudar isso. Como presidente da BLSA, liguei para os sócios que gerenciavam todas as grandes firmas de advogados e pedi que enviassem representantes para uma feira de empregos que faríamos num hotel.

Quando percebi que queria trabalhar na promotoria — que tinha encontrado minha vocação —, fiquei animada para contar a decisão aos amigos e à família. E não fiquei surpresa de ver a incredulidade deles. Tive de defender minhas escolhas como se fosse uma tese.

Os Estados Unidos têm uma história profunda e sombria de pessoas que usam o poder do promotor como um instrumento de injustiça. Eu conhecia bem essa história — de homens inocentes incriminados, de acusações contra quem não era branco sem evidências suficientes, de promotores escondendo informações que absolveriam réus, de aplicação desproporcional da lei. Cresci com essas histórias — e por isso entendi a

cautela da minha comunidade. Mas também conhecia outra linha narrativa.

Eu conhecia a história de promotores corajosos que enfrentaram a Ku Klux Klan no sul do país. Conhecia as histórias de promotores que perseguiram políticos corruptos e empresas que poluíam o meio ambiente. Conhecia o legado de Robert Kennedy, que, como procurador-geral dos Estados Unidos, enviou representantes do Departamento de Justiça para proteger os Viajantes da Liberdade em 1961 e mandou oficiais de justiça para proteger James Meredith quando ele se matriculou na Ole Miss [Universidade do Mississippi] no ano seguinte.

Eu sabia bem que a justiça igualitária era uma aspiração. Sabia que a força da lei era aplicada de forma desigual, às vezes de propósito. Mas também sabia que o que havia de errado no sistema não precisava ser um fato imutável. E queria fazer parte dessa mudança.

Um dos ditos favoritos da minha mãe era “Não deixe que ninguém diga quem você é. É você quem diz para as pessoas quem você é”. E foi o que fiz. Sabia que parte dessa mudança era o que eu tinha visto durante toda a minha vida, cercada de adultos gritando, se manifestando e exigindo justiça do lado de fora do sistema. Mas também sabia que havia um papel importante a se fazer lá dentro, sentada a uma mesa onde as decisões estavam sendo tomadas. Quando os ativistas aparecessem se manifestando e batendo nas portas, eu queria estar do outro lado para deixá-los entrar.

Eu seria promotora do meu próprio jeito. Faria o trabalho pela lente das minhas experiências e perspectivas, a partir da sabedoria obtida no colo da minha mãe, no salão do Rainbow Sign e no Yard da Howard.

Uma parte importante do que aquela sabedoria me disse foi que, quando o assunto era justiça criminal, nos pediam que aceitássemos

escolhas falsas. Por tempo demais, nos disseram que só havia duas opções: tratar o crime com rigor ou com leniência — uma simplificação exagerada que ignorava as realidades da segurança pública. Podemos querer que a polícia acabe com os crimes no bairro e também que pare de usar força excessiva. Podemos querer que ela vá atrás de um assassino nas nossas ruas e também que pare de seguir perfilamento racial. Podemos acreditar na necessidade de consequência e de responsabilidade, principalmente no caso de crimes mais sérios, e também nos opor ao encarceramento injusto. Eu acreditava que era essencial tecer todos esses fios variados para uni-los.

No fim do meu estágio de verão, fiquei muito feliz em aceitar uma vaga de promotora distrital assistente. Eu só precisava concluir o curso e fazer o exame da Ordem dos Advogados para começar minha carreira nos tribunais.

Terminei a faculdade de direito na primavera de 1989 e fiz o exame em julho. Nas semanas de fim de verão, meu futuro parecia nítido, brilhante. A contagem regressiva para a vida que eu tinha imaginado já estava em andamento.

Só que, de repente, minha trajetória foi interrompida. Em novembro, a unidade estadual da Ordem enviou as cartas com o resultado do exame, e, para meu desespero, não passei. Não consegui entender. Foi tão intenso que quase não fui capaz de suportar. Minha mãe sempre me disse “Não faça nada mais ou menos”, e sempre levei isso muito a sério. Eu era dedicada. Perfeccionista. Uma pessoa que não encarava nada de forma leviana. Mas lá estava eu, carta na mão, me dando conta de que, ao estudar para o exame, tive o desempenho mais medíocre da minha vida.

\* \* \*

Por sorte, eu ainda tinha um emprego na promotoria distrital. Seria mantida na função de escrevente e teria tempo para estudar e refazer o exame em fevereiro. Fiquei grata por isso, mas era difícil entrar na promotoria me sentindo inadequada e incompetente. Praticamente todo mundo que foi contratado comigo passou e aquelas pessoas seguiriam com o treinamento sem mim. Eu me lembro de passar pela sala de uma pessoa e ouvi-la dizer para outra: “Mas ela é tão inteligente. Como pôde não passar?” Eu me senti infeliz e constrangida. Fiquei me questionando se as pessoas me achavam uma fraude. Mas mantive a cabeça erguida e continuei indo trabalhar todos os dias — e passei na segunda tentativa. Senti muito orgulho e honra no dia em que fiz o juramento de funcionária da corte e apareci no fórum pronta para começar a trabalhar. Mas, no fim das contas, nem a faculdade de direito nem o exame da Ordem dos Advogados ensina o que fazer num tribunal, e, nos primeiros dias, pode parecer que caímos em outro planeta, onde todo mundo fala o idioma, menos nós. Como escrevente, você pode representar as pessoas no tribunal sob supervisão. Mas aquela era a primeira vez que eu entraria num julgamento sozinha.

Eu tinha me preparado, tinha repassado os fatos do caso uma dezena de vezes. Tinha ensaiado as perguntas que queria fazer; internalizado o texto exato das minhas petições. Tinha pesquisado e ensaiado todas as práticas e todos os costumes — desde o terninho com saia que era o padrão para as promotoras na época, antes de as mulheres receberem permissão para usar calça no tribunal. Eu tinha feito tudo que podia. Mas o que estava em jogo era tão importante que nunca parecia suficiente.

Entrei no tribunal, segui pelo corredor e passei pelos bancos até a divisória que separa as autoridades do tribunal de réus, famílias, testemunhas e outros espectadores. Havia cadeiras arrumadas na frente

da divisória para os advogados que estavam esperando seus casos serem chamados, e me sentei com eles. O nervosismo, a emoção e a adrenalina brigavam por espaço na minha mente. Mais do que tudo, porém, eu me sentia honrada e estava ciente da responsabilidade imensa que tinha — o dever de proteger os que estavam entre os membros mais vulneráveis e sem voz da nossa sociedade. Quando chegou minha vez, levantei-me da cadeira atrás da mesa da promotoria e me aproximei do púlpito, dizendo as palavras que todos os promotores dizem:

“Kamala Harris, em nome do povo.”

O motivo para termos promotorias públicas nos Estados Unidos é que, no nosso país, um crime contra um de nós é considerado um crime contra todos nós. Quase por definição, nosso sistema de justiça criminal envolve questões nas quais os poderosos fizeram mal a quem tem menos poder, e não esperamos que o lado mais fraco obtenha justiça sozinho; nós tornamos isso uma empreitada coletiva. É por isso que os promotores não representam a vítima; eles representam “o povo” — a sociedade em geral.

Mantive esse princípio como foco principal enquanto trabalhava com as vítimas, cuja dignidade e segurança sempre foram soberanas para mim. É preciso ter uma coragem enorme para uma pessoa compartilhar sua história e aguentar um interrogatório, sabendo que sua credibilidade pode estar em jogo e detalhes pessoais da sua vida podem vir à tona. Mas, quando essas pessoas vão para o banco das testemunhas, elas fazem isso por todos nós — a fim de que haja consequência e responsabilidade para aqueles que violam a lei.

“Em nome do povo” era minha bússola — e não havia nada que eu levasse mais a sério do que o poder que me era concedido. Como promotora, possuía a autoridade de decidir se devia oferecer denúncia e, em caso positivo, quais e quantas acusações fazer. Podia negociar

transações penais e oferecer recomendações de pena e de fiança no tribunal. Eu estava só começando como promotora, mas já tinha o poder de tirar a liberdade de uma pessoa com uma canetada.

Quando chegou a hora dos argumentos finais, eu me aproximei dos jurados. Decidi fazer isso sem anotações, para não ter que ficar olhando um pedaço de papel e ler meus melhores argumentos explicando por que o réu devia ser condenado. Eu queria encarar os jurados. Achava que devia conhecer meu caso tão bem a ponto de poder fechar os olhos e ver todo o incidente em 360 graus.

Quando terminei e voltei para a mesa da promotoria, dei uma olhada rápida na plateia. Amy Resner, minha amiga do primeiro dia de orientação, estava sentada lá com um sorriso enorme, torcendo por mim. Agora, nós duas estávamos seguindo nosso caminho.

O trabalho diário era intenso. A qualquer momento, um promotor podia estar fazendo malabarismo com mais de cem casos. Nós começamos com trabalhos mais básicos: apresentar audiências preliminares, cuidar de julgamentos por contravenção que cobriam coisas como embriaguez ao volante e furtos. Com o passar dos anos, fui acumulando mais e mais julgamentos e subi na hierarquia da promotoria. Com o tempo, começaria a trabalhar com crimes violentos, o que levou o trabalho a um novo nível.

Eu passava horas lendo relatórios policiais e entrevistando testemunhas. Fazia reuniões com o legista e repassava as fotografias da autópsia, sempre ciente de que estava olhando para alguém que tinha pais ou filhos. Quando a polícia prendia uma pessoa suspeita, eu ia até a delegacia e ficava do outro lado de um espelho de duas vias trocando bilhetes com os investigadores que estivessem conduzindo a entrevista.

Quando comecei a trabalhar com denúncias de crimes, fui designada para a seção de homicídios. Recebia uma pasta numa tarde de sexta-feira

com um pager (alta tecnologia para o começo dos anos 1990), uma caneta e um bloco, um exemplar do Código Penal e uma lista com números de telefone importantes. Durante a semana seguinte, sempre que o pager tocava, era porque havia ocorrido um homicídio e eu tinha de comparecer à cena do crime. Normalmente, isso queria dizer pular da cama entre a meia-noite e as seis da manhã. Meu papel era cuidar para que as provas fossem coletadas do jeito certo, com todas as proteções constitucionais adequadas intactas, de modo que fossem aceitas no tribunal. Muitas vezes, eu tinha de explicar para as vítimas e suas famílias que havia uma diferença entre saber o que tinha acontecido e provar o que tinha acontecido. Existe um abismo gigante entre condenação e prisão, e, se quisermos ir de uma coisa para a outra, precisamos de provas obtidas legalmente.

Eu me sentia em casa dentro de um tribunal. Entendia o ritmo. Ficava à vontade com suas idiossincrasias. Com o tempo, fui transferida para uma unidade que trabalhava com denúncias de crimes sexuais — meu dever era botar estupradores e molestadores de crianças atrás das grades. Era um trabalho difícil, perturbador e muito importante. Conheci muitas meninas, e às vezes meninos, que tinham sofrido abuso, agressão, negligência, muitas vezes cometidos por pessoas em quem confiavam.

O que torna esses casos difíceis é justamente o necessário para obter uma condenação: que a vítima testemunhe. Passei muitos daqueles dias me encontrando com sobreviventes no Highland General Hospital, em Oakland, explicando a eles como seria a experiência de testemunhar. Para alguns sobreviventes, era simplesmente inimaginável sentar no banco das testemunhas e falar publicamente sobre algo que eles não queriam mencionar nem de forma particular. Há muita dor e muito sofrimento associados à violência sexual. Superar esse tipo de trauma

emocional para testemunhar requer uma quantidade extraordinária de coragem e de força, principalmente quando o abusador está presente, quando o abusador pode ser alguém da família ou um amigo, sabendo que você será interrogado pela defesa, cujo trabalho é convencer os jurados de que você não está falando a verdade. Nunca julguei os que não conseguiam fazer isso.

Muitas vezes, como nos casos de crianças muito novas, o desafio para conseguir uma condenação vinha não só da capacidade, mas também da disposição de testemunhar. Esses eram os casos que mais me assombravam. Nunca vou me esquecer de uma menininha calada de seis anos que estava sendo molestada pelo irmão de dezesseis. Era meu trabalho me sentar com aquela garotinha fofa para ver se conseguiria que ela me contasse sua história — e se ela conseguiria contá-la de novo na frente de um júri. Passei muito tempo com ela, com brinquedos e jogos, para tentar construir um relacionamento de confiança. Mas, por mais que eu tentasse, eu sabia, simplesmente sabia, que não havia como ela articular para um júri o que tinha sofrido. Lembro-me de sair da sala, entrar no banheiro e cair no choro. Eu não teria provas suficientes para denunciar o irmão. Sem o testemunho dela, jamais conseguiria provar as alegações. Apesar de todo o poder de promotora, acho que nunca me senti tão impotente.

Esses eram apenas alguns dos desafios de defender crianças de predadores sexuais. Também havia o próprio júri, que às vezes parecia mais inclinado a acreditar nos adultos do que nas crianças. Isso acontecia muito com jovens explorados sexualmente. Sempre penso em um caso em que trabalhei, envolvendo uma garota de catorze anos que fugiu do lar adotivo com um grupo de jovens do bairro. Em vez de serem seus aliados e protetores, eles a levaram para um apartamento vazio e a estupraram. Percebi que ela havia aprendido desde cedo a não confiar em

adultos; ela revelava uma atitude hostil, que servia de armadura. Eu me compadeci por aquela pobre garota e pela infância horrível que a levou àquele momento. Mas também estava ciente da percepção que ela causaria nos jurados assim que entrasse no tribunal, mascando chiclete, com a atitude de quem quase despreza o processo.

Minha preocupação: ela seria vista como a criança que era, como uma vítima inocente de abuso em série? Ou seria rotulada como uma pessoa vestida de forma “inadequada” que mereceu o que aconteceu?

Os jurados são seres humanos, com respostas e reações humanas. Eu sabia que tinha de atingi-los nisso se quisesse ter alguma chance de comovê-los a ponto de fazerem uma interpretação mais justa dos fatos.

Percebi que eles não estavam reagindo bem. Não pareciam gostar dela. “O Código Penal não foi criado para proteger apenas alguns de nós”,<sup>4</sup> lembrei aos jurados. “É para todos. Essa garota é uma criança. Precisa ser protegida de predadores. E um dos motivos para os réus a terem escolhido como vítima foi que acharam que vocês não se importariam com ela a ponto de acreditar na sua história.” No fim, conseguimos a condenação, mas não sei se o veredito teve muita importância para a garota. Ela sumiu depois do julgamento. Pedi ajuda a alguns investigadores para tentar encontrá-la, mas, embora tivéssemos ouvido um relato duvidoso de que ela estava sendo vítima de tráfico sexual nas ruas de São Francisco, não conseguimos confirmar. Nunca mais a vi.

Era difícil não sentir o peso dos problemas sistêmicos contra os quais lutávamos. Botar os abusadores daquela garota na prisão significava que eles não poderiam fazer mal a outras crianças. Mas e todas aquelas que já tinham sofrido nas mãos deles? Como nosso sistema as ajudou? Uma condenação nunca repararia os danos causados a ela, nem era suficiente para tirá-la do ciclo de violência do qual ela era vítima. Essa realidade e o

que fazer quanto a ela estavam constantemente na minha cabeça — às vezes no fundo da mente, às vezes com mais evidência. Mas demoraria alguns anos para eu conseguir encará-la.

Em 1998, depois de nove anos na promotoria do condado de Alameda, fui recrutada para o outro lado da baía, para a promotoria de São Francisco. Fui contratada para chefiar a unidade criminal, com foco em criminosos violentos e seriais. No começo, hesitei em aceitar, e não só porque amava trabalhar no fórum do condado de Alameda. Na ocasião, a promotoria de São Francisco tinha uma reputação duvidosa.

Eu estava preocupada com as histórias de disfunções na promotoria. Ao mesmo tempo, era uma promoção: eu chefiaria uma unidade e supervisionaria uma equipe de promotores. Era uma oportunidade de carreira. Além do mais, meu amigo e mentor Dick Iglehart, que era o chefe dos promotores-assistentes, estava me encorajando a ir. Com certa hesitação, aceitei a proposta — e descobri em pouco tempo que minhas preocupações não eram infundadas.

A promotoria estava uma confusão só. Havia apenas um computador para cada dois advogados, não havia sistema de arquivamento nem base de dados para o acompanhamento de casos. Diziam que, quando os promotores terminavam um caso, os arquivos eram jogados no lixo. Era fim dos anos 1990 e a promotoria sequer tinha e-mail.

Havia também um acúmulo enorme de casos que estavam esperando, sem serem investigados nem levados adiante. Os advogados estavam frustrados com a polícia por não investigar os casos. A polícia estava frustrada porque a promotoria não conseguia obter condenações. As decisões tomadas pelo alto escalão pareciam arbitrárias e aleatórias, e o ânimo da equipe estava no chão. Aquele ambiente tóxico só piorou após uma série de demissões. Numa sexta-feira, catorze advogados voltaram do almoço e encontraram cartas de demissão nas suas mesas. Foi

arrasador. As pessoas choraram e gritaram, e em pouco tempo seus medos viraram paranoia. Os advogados tinham medo uns dos outros — medo de serem traídos por colegas tentando proteger o próprio emprego. Algumas pessoas começaram a evitar as festas de despedida dos colegas demitidos, com medo de que a simples presença pudesse marcá-las como futuros alvos de demissão.

Foi muito frustrante, e não só em relação ao cotidiano no trabalho. Eu acreditava que o promotor distrital estava minimizando a ideia de que um promotor progressista podia ser. Minha visão de promotor progressista era de alguém que usava o poder da promotoria com senso de justiça, perspectiva e experiência, alguém ciente da necessidade de responsabilizar criminosos de alta periculosidade e que entendia que a melhor maneira de criar comunidades seguras era impedir que os crimes acontecessem. Para fazer essas coisas de forma eficiente, também era preciso ter uma operação profissional.

Depois de dezoito meses, encontrei minha salvação. A promotora da cidade de São Francisco, Louise Renne, me ligou com uma proposta de emprego. Louise foi a primeira mulher a assumir aquele cargo. Ela foi uma desbravadora e foi destemida ao enfrentar os interesses estabelecidos que iam de fabricantes de armas e empresas de cigarro a clubes só para homens.<sup>5</sup> Houve uma operação que levou à divisão da promotoria que lidava com questões de infância e família; ela quis saber se eu estava interessada. Falei que aceitaria o cargo, mas que não queria ser uma advogada lidando com casos individuais; eu queria trabalhar em políticas que pudessem melhorar o sistema como um todo. Era bastante comum que jovens em lares adotivos fossem parar em centros de detenção juvenil e depois no sistema prisional quando adultos. Eu queria trabalhar em políticas que interrompessem esse ciclo de destruição.

Louise foi a favor.

Passei dois anos na promotoria municipal. Comecei colaborando com a criação de uma força-tarefa para estudar a questão da juventude explorada sexualmente. Montei um grupo de especialistas, de sobreviventes e de membros da comunidade para ajudarem a orientar o trabalho — uma série de recomendações que apresentaríamos para a Junta de Supervisores de São Francisco.

Norma Hotaling foi minha parceira nesse trabalho. Ela dispunha de experiência direta com os desafios que tínhamos de enfrentar. Sofrera abuso quando criança e acabou parando nas ruas, viciada em heroína. Foi presa por prostituição mais de trinta vezes. Mas a história dela era uma das poucas do tipo com final feliz. Norma se livrou do vício. Fez faculdade. Conquistou um diploma de educação em saúde. E, assim que se formou, botou o conhecimento em uso e criou um programa para resgatar mulheres da prostituição, ainda replicado amplamente. Não consegui pensar em uma pessoa melhor com quem trabalhar, e a admiro por ter a coragem de contar sua história e aplicar sua experiência em benefício de tanta gente.

Uma das nossas prioridades foi criar um local seguro para jovens prostituídos receberem amor, apoio e tratamento. Eu sabia pelos meus anos de experiência que os sobreviventes que tentávamos ajudar geralmente não tinham para onde ir. Na maioria dos casos, os pais não queriam se envolver. Muitos tinham fugido de lares adotivos. As pessoas viviam questionando por que crianças exploradas recolhidas pela polícia voltavam para os cafetões ou para as prostitutas mais velhas que “cuidavam delas”. Não me parecia estranho: aonde mais aquelas crianças podiam ir?

Nossa força-tarefa se propôs a estabelecer uma casa segura para jovens explorados sexualmente — um santuário que oferecesse tratamento psicológico e para abuso de drogas; os recursos necessários para que esses

jovens voltassem a frequentar a escola; e uma rede de apoio que permitisse que jovens vulneráveis fossem protegidos, saudáveis e em pleno desenvolvimento. Lutamos por fundos para criar a casa, assim como para fazer uma campanha de educação pública. Colocamos pôsteres em banheiros públicos e em ônibus, onde jovens em situação de risco poderiam obter as informações de que precisavam sem que o cafetão ficasse sabendo.

Também acreditávamos que era importante romper a rede de bordéis disfarçados de casas de massagem, em que tantas pessoas eram exploradas sexualmente, e pedimos à junta de supervisores que direcionasse as forças da lei para investigá-los com prioridade.

Para nossa felicidade, a junta de supervisores adotou e custeou nossas recomendações. Conseguimos resgatar dezenas de jovens nos primeiros dois anos. Enquanto isso, a polícia fechou mais de trinta bordéis da cidade.

O trabalho era importante, empoderador e prova de que eu podia fazer um trabalho sério de mudança política sem ser legisladora. Também fiquei mais confiante porque, quando via problemas, podia ser a pessoa que ajudava a elaborar a solução. Todas as vezes que minha mãe me pressionou — “Bom, e o que *você* fez?” — de repente fizeram bem mais sentido. Percebi que eu não precisava esperar outra pessoa assumir a liderança; eu podia começar a fazer as coisas acontecerem sozinha.

Acho que foi essa percepção que me fez começar a considerar os cargos eletivos. De todos os problemas que eu via na minha frente, poucos eram mais urgentes do que ajeitar a promotoria distrital. Enquanto estávamos fazendo avanços importantes na promotoria municipal, a distrital se autodestruía. Promotores talentosos estavam vendo seus esforços sendo minados e se sentiam frustrados no trabalho vital ao qual tinham dedicado a vida. Ao mesmo tempo, criminosos

violentos estavam livres. Eu sabia disso. Nós todos sabíamos. Mas, de repente, não era só um problema importante a ser resolvido. Era um problema importante que *eu* podia resolver.

Eu queria honrar, apoiar e dar poder à promotoria como um todo. Mas, para poder comandar a promotoria, teria de *concorrer* à promotoria. Uma campanha política seria um feito enorme, no qual eu não podia embarcar de forma leviana. Entrei em contato com meus amigos, minha família, meus colegas, meus mentores. Fizemos debates longos e animados (outra tese a defender). Pesamos os prós e os contras, depois pesamos tudo de novo.

As pessoas apoiaram a ideia de modo geral, mas também ficaram preocupadas. Meu possível oponente e antigo chefe já era um nome conhecido. Também tinha reputação de lutador; na verdade, seu apelido era Kayo [por causa de K.O., a abreviatura de nocaute, em inglês] — um tributo aos muitos nocautes que ele obteve na juventude, como boxeador. Uma campanha não seria só marcante, seria também cara, e eu não tinha experiência alguma em arrecadação de fundos.

Era mesmo a hora de concorrer? Eu não tinha como saber. Mas estava sentindo cada vez mais que “esperar para ver” não era uma opção. Pensei em James Baldwin, cujas palavras definiram tanto a luta pelos direitos civis. “Não existe um momento no futuro no qual vamos resolver nossa salvação”, escreveu ele. “O desafio está no momento; a hora é sempre agora.”

## CAPÍTULO DOIS

# Uma voz pela justiça

“Kamala, vamos. Anda logo, vamos nos atrasar.” Minha mãe estava perdendo a paciência.

“Só um segundo, mamãe”, respondi. (Sim, minha mãe foi e sempre vai ser “mamãe” para mim.) Estávamos indo para a sede da campanha, onde voluntários estavam se reunindo. Minha mãe costumava chefiar a operação voluntária e não enrolava. Todo mundo sabia que, quando Shyamala falava, era para ouvir.

Fomos de carro do meu apartamento, perto da Market Street, passando pela riqueza e pelas atrações do centro de São Francisco, até um bairro predominantemente negro na parte sudeste da cidade conhecida como Bayview-Hunters Point. Em Bayview ficava o estaleiro naval Hunters Point, que ajudou a construir a frota de guerra dos Estados Unidos em meados do século XX. Nos anos 1940, a perspectiva de bons empregos e de moradia acessível perto do estaleiro atraiu milhares de afro-americanos que estavam procurando oportunidades e alívio da dor e da injustiça causadas pela segregação. Esses homens trabalhavam com o aço e soldavam as placas que ajudaram nossa nação a vencer a Segunda Guerra Mundial.

Mas, como aconteceu com muitos bairros em todo o país, Bayview ficou para trás depois da guerra. Quando o estaleiro foi fechado, nada ocupou seu lugar. Janelas de lindas casas antigas foram tapadas com placas de madeira; o lixo tóxico poluía o solo,<sup>1</sup> a água e o ar; as drogas e

a violência envenenavam as ruas; e a miséria se instalou e não foi mais embora. Era uma comunidade representada de forma desproporcional no sistema de justiça criminal, assolada por crimes não resolvidos. As famílias daquele bairro, muitas delas em São Francisco havia gerações, foram isoladas — de forma literal e figurada — da promessa da cidade próspera que chamavam de lar. Bayview era o tipo de lugar que as pessoas da cidade só conheciam se fizessem questão de ir até lá. Nenhuma via expressa passava pelo bairro. De formas profundamente trágicas, era invisível para o mundo. Eu queria ajudar a mudar isso. Por isso, estabeleci meu local de campanha na esquina da 3rd Avenue com a Galvez, bem no coração de Bayview.

Os consultores políticos acharam que eu estava maluca. Disseram que nenhum voluntário de outras partes da cidade iria para lá. Mas foram lugares como Bayview que me inspiraram a concorrer ao cargo. Eu não estava concorrendo para ter uma sala chique no centro, mas pela oportunidade de representar pessoas cujas vozes não estavam sendo ouvidas e para levar a promessa de segurança pública a todos os bairros, não só para alguns. Além do mais, eu não acreditava que as pessoas deixariam de ir a Bayview. E estava certa: elas foram. Às dezenas.

São Francisco, como nosso país de modo geral, é diversa, mas também profundamente segregada — mais um mosaico do que um caldeirão de culturas. Nossa campanha, no entanto, atraiu pessoas que representavam toda a energia da comunidade. Os voluntários e apoiadores vieram de Chinatown, Castro, Pacific Heights, Mission District: pessoas brancas, negras, asiáticas e latinas; pessoas ricas e da classe trabalhadora; homens e mulheres; velhos e jovens; gays e héteros. Um grupo de grafiteiros adolescentes decorou a parede dos fundos da sede de campanha com a palavra justiça pintada com tinta spray em letras enormes. O local vivia repleto de voluntários, alguns ligando para

eleitores, outros sentados juntos em volta de uma mesa enchendo envelopes, outros pegando pranchetas para ir de porta em porta falar com as pessoas da comunidade sobre o que tentávamos fazer.

Chegamos na hora marcada à porta da sede. Encostei para minha mãe sair do carro.

“Está com a tábua de passar roupa?”, perguntou ela.

“Claro, está no banco de trás.”

“Que bom. Te amo”, disse ela ao fechar a porta do carro.

Quando saí com o carro, a ouvi gritar:

“Kamala, e a fita adesiva?”

Eu estava com a fita adesiva.

Voltei para a rua e fui na direção do supermercado mais próximo. Era uma manhã de sábado, o equivalente à hora do *rush* nos corredores do mercado. Parei no estacionamento, em uma das poucas vagas disponíveis, e peguei a tábua de passar, a fita e um cartaz de campanha que parecia meio gasto de tanto ser colocado e tirado do carro.

Se acham que concorrer a um cargo público é glamoroso, eu gostaria que me vissem andando pelo estacionamento com uma tábua de passar roupa debaixo do braço. Lembro-me das crianças que olhavam com curiosidade, apontando na minha direção, e das mães que as afastavam de mim depressa. Não as culpo. Devo ter parecido deslocada — isso se não tiver parecido totalmente louca.

Mas uma tábua de passar roupa é uma mesa perfeita para se usar de pé. Eu a montei na frente da entrada do supermercado, um pouco para o lado, perto dos carrinhos, e pendurei um cartaz que dizia kamala harris, uma voz pela justiça. Quando a campanha estava só começando, minha amiga Andrea Dew Steele e eu criamos o primeiro texto: uma biografia bem básica com resumo da minha experiência, de uma página, em preto e branco. Andrea depois fundaria o Emerge America, uma organização